



ENTREVISTA DA SEMANA - VEREADORA EDNA SAMPAIO
"A voz da vereadora Edna Sampaio é perigosa porque ela não se vincula a nenhum interesse hegemônico dentro da sociedade" Pág. 3



PREFEITURA A VISTA

Botelho reúne trabalhos que o credenciam a ser prefeito de Cuiabá

Com serviços prestados na Baixada e votos em Cuiabá, Botelho se credencia para o Palácio Alencastro - Pág.4



SELO DE QUALIDADE

Fávaro derruba embargo à carne, trabalha por crédito de R\$ 1 bi ao agro e vira opção para 2026

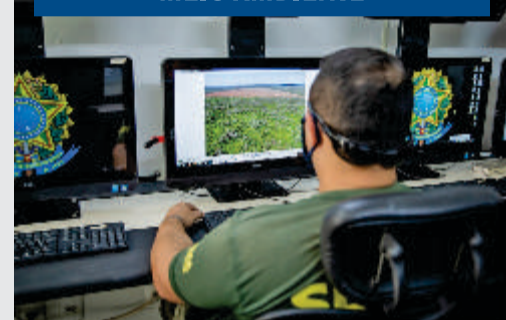
O ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, senador Carlos Fávaro (PSD), tem acumulado prestígio no governo federal administrado pelo presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Em três meses no cargo, Fávaro convenceu a China no dia 23 de março a suspender o embargo à carne após ficar devidamente comprovado que não havia nenhum risco à população daquele país em consumir a carne brasileira.

A confirmação de um caso classificado pelo governo brasileiro como "isolado e atípico" de encefalopatia espongiforme bovina, conhecida como mal da vaca louca. O registro foi feito em uma pequena propriedade no município de Marabá (PA). "Tenho certeza que isso é um passo para que o Brasil avance cada vez mais com o credenciamento de plantas e oportunidades para a pecuária brasileira", declarou Fávaro. **Leia mais na página 8**



MEIO AMBIENTE



Mato Grosso é considerado exemplo em transparência ambiental para ONGs

O Portal Transparência Ambiental de Mato Grosso, mantido pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema), é exemplo para o país, segundo avaliação da Transparência Internacional-Brasil e o Conselho Nacional de Controle Interno (Conaci). O reconhecimento foi publicado no Guia de Transparência Ativa da Gestão Florestal e das Unidades de Conservação, lançado durante a 45ª Reunião Técnica do Conaci, em Maceió (AL).

Leia mais na página 5

PCHS NO RIO CUIABÁ

Ministro Fachin deve decidir nos próximos dias se derruba ou mantém lei estadual que proíbe barragens no rio Cuiabá

A primeira das duas ADI que questionam a lei de autoria do deputado Wilson Santos está pronta para ser julgada pelo ministro relator - Pág. 4



POLÊMICA NA EDUCAÇÃO

Projeto do Governo para reduzir Conselho Estadual de Educação e aumentar influência de escolas privadas gera resistências

A proposta do Governo do Estado de reformular o Conselho Estadual de Educação (CEE) reduzindo a participação de setores da comunidade escolar e de organizações da sociedade civil para aumentar o número de conselheiros indicados pelas escolas privadas está encontrando forte resistência para ser aprovada na Assembleia Legislativa e até já virou inquérito no Ministério Público do Estado (MPE).

Leia mais na página 8



CHARGE DA SEMANA



Luiz Henrique Lima
Professor e escritor

“Um dado alarmante é que na maioria dos estados brasileiros, mais da metade das crianças e adolescentes até 17 anos sofre alguma espécie de privação não monetária”

A pobreza de nossas crianças

Nos últimos cinquenta anos qual é o candidato ou candidata, de vereador a presidente, de qualquer partido, religião, ideologia ou preferência clubística, que nunca tirou uma foto com uma criança no colo e discursou, pelo menos uma vez, com voz embargada e olhos marejados, dizendo que ali estava o futuro de nosso país e que tudo iria fazer pelo seu bem-estar? Sindicatos de prédios, técnicos de futebol amador, diretores de escolas, dirigentes sindicais, líderes estudantis e empresariais, artistas, jornalistas, magistrados e atletas, todos enfim, sempre concordaram à unanimidade que a infância merece uma proteção prioritária por parte do Estado e da sociedade.

Pois bem. O Fundo das Nações Unidas para a Infância – Unicef publicou um estudo merecedor de

atenção máxima das autoridades e da sociedade brasileira. Denominado “As múltiplas dimensões da pobreza na infância e na adolescência no Brasil”, o documento traça um retrato desolador e desafiador da situação das crianças e jovens brasileiros.

O trabalho é inovador porque não se restringe à dimensão da pobreza monetária, aferida a partir da renda familiar, mas apresenta outros indicadores que expressam privações, exclusões e vulnerabilidades de direitos fundamentais. Assim, além da renda, foram considerados dados relativos à alimentação, educação, trabalho infantil, moradia, água, saneamento e informação.

Antes da pandemia da Covid-19, os dados do IBGE indicavam a gigantesca cifra de 32 milhões de crianças vivendo na pobreza. A pandemia agravou a situação de múltiplas formas.

O trabalho é inovador porque não se restringe à dimensão da pobreza monetária, aferida a partir da renda familiar, mas apresenta outros indicadores que expressam privações, exclusões e vulnerabilidades de direitos fundamentais.

Um dado alarmante é que na maioria dos estados brasileiros, mais da metade das crianças e adolescentes até 17 anos sofre alguma espécie de privação não monetária. Mesmo em São Paulo, o estado mais bem posicionado, mais de um quarto desses brasileiros não tem os seus direitos básicos respeitados.

O fator que individualmente mais contribui para essa vergonhosa situação, mais até do que a renda, é a ausência de saneamento, ou seja, crianças que vivem em casas sem



Ilustração: K. Kozak

banheiro, com vala a céu aberto ou com fossa rudimentar.

Como vivemos num país profunda e dissimuladamente racista, não é surpreendente que crianças e jovens negros e indígenas apresentem indicadores de pobreza em média 25% superiores aos de seus compatriotas brancos.

Outro dado impressionante é que diversos indicadores pioraram nos últimos anos, notadamente alimentação e educação. Em 2020, a parcela de brancos com padrão não apropriado de alimentação era de 11,1% e no ano seguinte aumentou para 17,8%. Em relação a negros e indígenas, a piora foi de 19,7% para 31,2%. Piorou muito para todos e a desigualdade aumentou ainda mais.

Em diversos estados, o trabalho infantil de crianças entre 10 e 13 anos alcançou mais de 10% da população nessa faixa etária. Mas nesse caso, a disparidade é de gênero: o trabalho infantil é três vezes mais frequente entre as meninas do que entre os meninos.

Que espécie de futuro estamos semeando para as novas gerações? Voltando ao início, se há sinceridade no discurso de nossos líderes, como ainda não conseguimos assegurar o mínimo de direitos essenciais a todas as crianças?

O estudo propõe diversas medidas imediatas e urgentes como: fortalecer o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente; implantar políticas de busca ativa escolar e retomada da aprendizagem; buscar identificar precocemente as famílias vulneráveis a violências; promover a segurança alimentar e nutricional de gestantes, crianças e adolescentes; priorizar investimentos em água e saneamento etc.

Tenho esperança de que todos nós possamos de algum modo contribuir para melhorar esses indicadores o mais rápido possível. Afinal, a privação de direitos e a pobreza material de nossas crianças são o espelho da miséria moral das gerações mais velhas.

Observação: o estudo completo pode ser acessado em www.unicef.org/brazil.

Luiz Henrique Lima
é professor e escritor

EDITORIAL

Agronegócio e meio ambiente

O Tribunal de Justiça condenou a Associação dos Produtores de Soja e Milho do Estado de Mato Grosso (Aprosoja) e alguns produtores a pagarem uma indenização de R\$ 16 milhões à sociedade a título de dano moral coletivo por infrações às leis de preservação ambiental e regulação da produção agrícola em Mato Grosso.

A decisão do TJMT atendeu a recursos impetrados pelo Ministério Público Estadual (MPE) em ações ajuizadas contra agricultores que plantaram soja em período proibitivo, o chamado vazio sanitário. Ao todo, foram julgados oito recursos de MPE, causando um aumento de R\$2 milhões à multa que já havia sido aplicada pelo judiciário à entidades e alguns de seus afiliados.

O pagamento deverá ser feito de forma solidária pela entidade e o produtor. As ações foram propostas pela 15ª Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente Natural de Cuiabá. Ainda restam cinco recursos a serem julgados.

Este caso é exemplar e deveria levar os senhores do grande agronegócio de Mato Grosso a refletirem sobre o modelo atual de exploração do setor e sua relação com o meio ambiente.

A natureza brasileira, infelizmente, tem sido vista desde sempre como fonte de recursos inesgotáveis, a terra e as florestas não exploradas são encaradas como “obstáculos” que emperram o desenvolvimento. O meio ambiente nativo, natural, é, para a grande maioria dos agropecuaristas e seus aliados no mundo corporativo financeiro como “inimigo” a ser dominado e posto a serviço da produção de lucro a qualquer custo.

Para muitos senhores do agronegócio, correntões, queimadas e agrotóxicos pesados são as melhores opções para “domar a terra bravia” com “custo competitivo”. As consequências dessa forma tacaña de olhar para a natureza, para a terra e tudo que há sobre ela a gente tem vivido de forma dolorosa e trágica nas cidades grandes e pequenas. As mudanças climáticas são reais e a natureza cobra da sociedade humana a sua irresponsabilidade e agressividade com o ecossistema planetário.

As secas que assolam o Rio Grande do Sul e as chuvas torrenciais que destroem cidades no sudeste e no nordeste, as enchentes catastróficas de rios e riachos assoreados, as altíssimas temperaturas e as ondas congelantes de frio que assolam cada vez com mais frequência o sul, sudeste e o centro-oeste brasileiro são alertas de que a natureza chegou ao seu limite e já não consegue compensar por si mesma as degradações da superexploração do meio ambiente pela humanidade.

O mais sensato é que todos os esforços sejam direcionados para superar o antagonismo produção/conservação, agricultura/biodiversidade, natureza/sociedade e o agronegócio passa a adotar uma cultura de investimentos que considere não apenas o aumento da produtividade, resgatando áreas degradadas, apostando na diversificação da produção, no fortalecimento da agricultura familiar, na promoção de sistemas agroflorestais e, também, no pagamento por serviços ambientais.

É seguir este caminho ou continuar rumando para o precipício da autodestruição do próprio agronegócio.

Maykom Milas

EXPEDIENTE

copopular.com.br

DIRETOR Maykon Milas | **DEPTO COMERCIAL** 3052-6030 / 3052-6031 | **DIRETOR FINANCEIRO** Leandro Lincoln Justiniano Sanches | **FOTOS** Assessoria e divulgação | **EDITOR DE ARTE** Kleber Simioni | **CHARGE** Fred | **PAUTA** redacaocopopular1@gmail.com admcpopular1@gmail.com



CIRCULAÇÃO
Cuiabá, Várzea Grande e baixada

Cuiabá-MT - CEP: 78.048-487
Rua I, Nº 105, Edifício Eldorado Hill Office, sala 24 - Alvorada

PINGA FOGO



Trio de avalistas

As nomeações do governo Lula para os principais cargos federais em Mato Grosso passam pelo crivo de três "consultores políticos" de peso. O ministro da Agricultura Carlos Fávaro, o deputado estadual Valdir Barranco e a ex-deputada federal e atual diretora financeira da Conab, Rosa Neide Sandes. Em Mato Grosso são pouco mais de 20 os cargos mais importantes, que se espalham por órgãos como as superintendências federais da Agricultura, dos Correios, do Ibama, Inkra, do Dnit, INSS, da Funasa, dos bancos do Brasil, Basa e Caixa, e ainda as gerências regionais da Agência Nacional de Mineração e de Saúde Indígena. O trio tem sido responsável por avaliar as indicações da base aliada de Lula dentro e fora do estado.

Ferida aberta



A médica e empresária Natasha Silhessarenko (PSB) ainda não se curou das feridas da eleição passada. Pré-candidata ao Senado Federal, Natasha acabou sendo "rifada" pelo grupo bolsonarista do seu partido e da base aliada do governador Mauro Mendes, sendo forçada a desistir da postulação. Em entrevista à podcast na semana passada, a médica afirmou que foi vítima de uma estrutura política que privilegia quem já está no poder. "Aquilo me feriu muito. Meu maior erro foi não acreditar nas pessoas (que a alertavam para as armadilhas de uma campanha eleitoral)", admitiu Natasha. Apesar de tudo, o desejo de seguir na política e honrar o legado da mãe, a ex-senadora Serys Silhessarenko, não passou. A médica admitiu que poderá ser candidata em 2024. "Estamos conversando com o presidente do PSB, deputado Max Russi e estou a disposição do partido para construir uma candidatura à prefeitura de Cuiabá que seja competitiva", revelou.

Orgulho Gay Cacerense



O Projeto de Lei Municipal N° 008/2023, do vereador que propõe criação do Dia do Orgulho LGBTQIAP+ em Cáceres (217 km de Cuiabá), ganhou o apoio inesperado do Ministério Público de Mato Grosso. Por meio de uma nota pública, promotores destacaram que a comunidade é a que mais sofre com a violência e a discriminação. "Com o intuito de fomentar a participação política, a defesa dos direitos fundamentais e o controle social das ações públicas de incentivo à cidadania de pessoas LGBTQIAP+, o Ministério Público, por meio dessas duas Promotorias de Justiça, reitera a importância da criação do Dia Municipal do Orgulho LGBTQIAP+ no município de Cáceres", registra a nota do MP-MT. Caso o projeto seja aprovado, Cáceres será a primeira cidade a instituir oficialmente o Dia do Orgulho Gay em Mato Grosso. Em Cuiabá e Rondonópolis a comunidade LGBTQIAP+ realizam eventos para celebrar e reivindicar seus direitos, mas a data não consta do calendário oficial dos municípios.

Stopa, o queridinho



O vice-prefeito de Cuiabá e secretário de Obras, José Roberto Stopa é o pré-candidato à sucessão de Emanuel Pinheiro no Palácio Alencastro com o menor índice de rejeição entre os eleitores cuiabanos. É o que mostra uma pesquisa realizada pelo Instituto Percent e divulgada nas redes sociais na quarta-feira, 29. Segundo a pesquisa, a rejeição de Stopa é de apenas 3,2%. O presidente da Assembleia Estadual, deputado Eduardo Botelho aparece como o segundo mais aceito pela população, com apenas 5,3% de rejeição. Com essa informação no bolso, tanto Roberto Stopa quanto Botelho devem agora acelerar as articulações nas bases para viabilizarem suas candidaturas dentro dos seus respectivos grupos políticos.

O rejeitado

O bolsonarista "raiz" e midiático deputado federal Abílio Brunini (PL), é de longe o pré-candidato a prefeito da Capital de Mato Grosso em 2024 mais rejeitado pelos eleitores. A pesquisa Percent apontou que nada menos que um quarto do eleitorado (25% do total dos entrevistados) disseram que não votariam em Abílio "de jeito nenhum" caso ele seja candidato no ano que vem. A rejeição à Abílio é atribuída pelos analistas à sua forma escandalosa e grosseira de "fiscalizar" os adversários. O estilo agressivo do parlamentar desagradou até mesmo os mais radicais opositores do atual prefeito e dos candidatos de esquerda. Com essa margem de rejeição, dificilmente Abílio irá se cacifar para disputar a prefeitura de Cuiabá, deixando a extrema direita local sem opção de voto. Anotem aí.

VEREADORA EDNA SAMPAIO

“A voz da vereadora Edna Sampaio é perigosa porque ela não se vincula a nenhum interesse hegemônico dentro da sociedade”

Foto: Vitor Orietti



A vereadora Edna Sampaio, do Partido dos Trabalhadores, já na sua estreia como parlamentar, se tornou uma das vozes mais relevantes da atual legislatura da Câmara Municipal da capital mato-grossense. Primeira mulher negra a eleger para o parlamento cuiabano, ela é graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de Mato Grosso, Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco e Doutora em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Se apresentando como feminista negra, mãe e avó, a vereadora tem, na verdade, uma sólida carreira como docente da Universidade do Estado de Mato - UNEMAT e como Gestora Governamental da Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral de MT, sendo profunda conhecedora das áreas de Governo, Políticas Públicas e Planejamento Governamental, o que faz com seja uma adversária pesada nos debates que vem travando no plenário da Câmara Municipal, elevando o nível daquela que até pouco tempo era chamada de "Casa dos Horrores" pelos seguidos escândalos, pela baixa qualidade do trabalho da maioria dos vereadores e da superficialidade das proposições levadas à plenário. Nesta entrevista exclusiva, a vereadora expõe em profundidade suas ideias e dispara críticas às estruturas patriarcais da sociedade que segrega as mulheres, as pessoas pretas e as minorias como a população LGBTQIAP+. A vereadora também detona os colegas que a tem atacado, escancarando a misoginia, o machismo e o racismo que ainda impregna os discursos nos espaços de poder político.

“ Não é fácil para mim lidar com essas violências. O primeiro impacto da violência de gênero na política é tomar para si o ataque. A gente tem de compreender que essa violência não é pessoal, e quem sofre a violência o sofre por pertencer a um grupo social ou pertencer a um grupo de pessoas que é violentado o tempo inteiro, como são as mulheres, como são as pessoas pretas ”

■ | Da Redação

CO Popular - Para além das pautas feminista e em prol das minorias, quais são as outras questões que mobilizam o mandato da vereadora?

Vereadora Edna Sampaio – Por estarmos em um mandato coletivo, mandato de esquerda e termos ficado tanto sem representação na Câmara, por sermos mulher preta, professora e ter vindo das lutas sociais, as nossas pautas acabam por ser muito extensas, elas vão desde as questões do meio ambiente, serviços públicos e políticas públicas sociais, principalmente a saúde, a educação, a assistência social. Nós temos lutado, desde o início do mandato pela implementação da lei de políticas para imigrantes e estamos preparando uma audiência para debater a assistência social porque a política social do município se perdeu completamente, retornamos a um assistencialismo sem planejamento, sem objetivo de tirar as pessoas da extrema vulnerabilidade e sem utilização do CadÚnico, instrumento muito importante para o desenvolvimento de políticas públicas consequentes. A questão do transporte coletivo é outra pauta que mobiliza nosso mandato, assim como as questões ligadas à cultura. Sou presidente da Comissão Cultura da Câmara e isso é muito importante para nós, pois entendemos que cultura tem a ver com o direito à identidade, a memória, aos equipamentos culturais e acesso da população aos bens, produtos e serviços culturais. Então são muitas pautas que nos move no exercício do mandato e que vão muito além das questões de gênero e racial.

CO Popular - A senhora tem enfrentado ataques severos por parte de alguns setores mais retrógrados da política cuiabana, como o cerco que o vereador Dilemário Alencar tem levantado contra a sua atuação no parlamento municipal. Como a senhora lida com essas violências no dia a dia do mandato?

Edna Sampaio – Não é fácil para mim lidar com essas violências. O primeiro impacto da violência de gênero na política é tomar para si o ataque. A gente tem de compreender que essa violência não é pessoal, e quem sofre a violência o sofre por pertencer a um grupo social ou pertencer a um grupo de pessoas que é violentado o tempo inteiro, como são as mulheres, como são as pessoas pretas. Então, ao dissociar essa violência da minha individualidade eu consigo enfrentar melhor as situações. Não é porque a Edna fez algo errado, porque é contra a pessoa da Edna, mas porque a eu represento uma maioria da população que sempre foi excluída e quando uma voz dessa maioria toma a voz dentro de um espaço de poder, ela tem uma repercussão gigantesca. E como eu não estou alinhada com nem ao poder "imperial" do governador e nem do prefeito, que são dois grupos políticos muito fortes, é óbvio que os instrumentos de poder que eles controlam vão atacar a vereadora Edna não pela pessoa em si, mas pelo que ela representa e pelo perigo que tem a fala de uma mulher negra num espaço que historicamente que excluiu as mulheres e as pessoas pretas que constituem a maioria no município e no estado.

CO Popular - Quando a senhora fala em uma "disputa de poder" como origem dos ataques que sofre dos colegas vereadores está se referindo à disputa pelo controle do discurso, da narrativa dos fatos políticos ou à disputa do "poder eleitoral"?

Edna Sampaio – Eu acho que tem sim, por trás dos ataques e violência de gênero política que vem sofrendo uma questão de poder eleitoral mesmo, que é pra mim o mais claro, mais evidente, e não apenas pelo controle das narrativas. Eu procuro analisar a isso pela perspectiva da ciência política mesmo, de compreender que é um jogo político em que os donos do poder, ou quem o detém no momento deseja, é que a maioria compreenda que é maioria e que está excluída. É por isso que a voz da vereadora Edna Sampaio é perigosa porque ela não se vincula a nenhum interesse hegemônico dentro da sociedade e ela está livre para falar tanto de um grupo quanto de outro. Vejo que é um comportamento racista, misógeno, machista, mas são estruturas de opressão de grupos inteiros e não da minha pessoa exclusivamente. Se eu estive aqui [na Câmara Municipal] e não falasse da minha negritude, de machismo estaria tudo bem. Mas, como denúncia esses comportamentos e a ausência das mulheres, das pessoas pretas, e de todas as minorias nos espaços de poder, aí eu me torno alvo das agressões.

CO Popular - Na avaliação da vereadora, por que a maioria dos vereadores de Cuiabá não se interessam em discutir os problemas estruturais da cidade como o modelo de transporte coletivo (BRT x VLT), o Plano Diretor, o IPTU progressivo, a revitalização do centro histórico, o déficit habitacional, o problema dos moradores de rua, a violência na periferia?

Edna Sampaio – Porque a política não é sobre as pautas que os políticos deveriam defender, mas sim, sobre os interesses dos grupos econô-

“ Porque a política não é sobre as pautas que os políticos deveriam defender, mas sim, sobre os interesses dos grupos econômicos que os políticos defendem ”

micos que os políticos defendem. Quando acontecem as eleições, a estratégia eleitoral não é sobre como viabilizar e concretizar as pautas que cada candidato diz defender e nem as propostas dos partidos que cada um representa. Toda a campanha eleitoral se sustenta numa organização baseada quase que exclusivamente no poder de convencimento do dinheiro e numa estrutura para captura de votos e não na conquista do voto espontâneo do cidadão, da cidadã. Ou seja, aquilo que o candidato diz que pensa, que defende, que é prioridade para ele na campanha, é só propaganda, não um compromisso real. E, infelizmente, se alguém é eleito não pelo que disse defender e se propôs representar na campanha eleitoral, é claro que o exercício do mandato não vai refletir as demandas dos eleitores, não vai se preocupar com os interesses e problemas de quem o elegeu porque sente que não deve nada ao eleitor. A nossa democracia não é uma democracia representativa de fato. Se fosse, as mulheres e as pessoas pretas seriam maioria nos parlamentos, nos espaços de poder político. Nós vivemos, na verdade, uma plutocracia onde só chegam aos postos de comando quem tem dinheiro ou que representa os interesses de quem o tem. É muito raro que uma pessoa do povo consiga chegar aos espaços de poder se elegendendo pela via do debate com o eleitorado.

CO Popular - O Partido dos Trabalhos, mesmo liderando uma federação com o PV e o PCdoB, perdeu a vaga que tinha na Câmara Federal. Como a senhora avalia o desempenho do partido nas eleições do ano passado e quais são suas expectativas para o pleito municipal de 2024?

Edna Sampaio – Política é uma atividade que você não faz como você gostaria, porque ela não é feita por uma pessoa só, por uma ideia só, mas um espaço de muita diversidade, muito tensionamento e de muito conflito. Não sou contra alianças ou contra a federação, mas acho que o PT tem como tarefa [para 2024] o fortalecimento de suas propostas, de suas bases, de sua chapa para que a gente possa depender mais do nosso próprio esforço para elegermos nossos candidatos e menos de outros partidos. Isso não quer dizer excluir os outros, não dialogar, não compor, não juntar forças e disputar com a federação as eleições. Mas, sim que o PT tem todas as condições de se fortalecer e propor uma chapa forte, competitiva, temos bons nomes para isso e que são bastante viáveis e competitivos eleitoralmente. Eu acredito muito nisso. E isso incomoda muito a gente. Nossos adversários sempre tiveram a política, muitos inclusive que fizeram aliança com o PT, no sentido de sempre impedir o PT de crescer, impedir que o partido fosse de fato relevante no cenário político tanto do município quanto do estado. As alianças, muitas vezes vimos isso acontecer, foi uma estratégia para interditar mesmo o nosso partido. E nós não podemos permitir que isso continue se repetindo. Vamos sim, dialogar com a federação, mas, vamos também e prioritariamente, trabalhar para que o PT chegue forte e competitivo nas próximas eleições municipais.

PREFEITURA A VISTA

Atualmente Eduardo Botelho é o nome mais viável do UB para disputar a Prefeitura de Cuiabá

Com serviços prestados na Baixada e votos em Cuiabá, Botelho se credencia para o Palácio Alencastro

■ Maykom Milas | Da Redação

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado estadual Eduardo Botelho, é atualmente o nome mais viável do União Brasil para disputar a Prefeitura de Cuiabá. Não há nenhum nome, dos cotados na disputa ao Palácio Alencastro, que tenha viabilidade política e densidade eleitoral como o atual parlamentar.

Nas eleições de 2022, quando concorreu ao terceiro mandato de deputado estadual, Eduardo Botelho foi reeleito com 51.998 votos, sendo o segundo preferido pelos eleitores de Cuiabá ao somar 16.778 mil votos.

Atualmente, o União Brasil, partido do governador Mauro Mendes, tem outros nomes cotados para a disputa que são o atual deputado federal Fábio Garcia, o secretário de Estado de Saúde, Gilberto Figueiredo, a suplente de deputada federal Gisela Simona.

No entanto, Botelho conta com um diferencial em sua pré-campanha: tem serviços relevantes prestados não apenas a Cuiabá, mas em



Eduardo Botelho deixa bem claro as articulações políticas que estão sendo feitas desde agora para o pleito de 2024

demais municípios da Baixada, principalmente na agricultura familiar.

Nos bastidores, já conta com o apoio do senador Jayme Campos e do deputado estadual Júlio Campos. Ambos usufruem de prestígio e influência política no União Brasil, partido que já foi o DEM, e, anteriormente, o antigo PFL.

Eduardo Botelho deixa bem claro as articulações políticas que estão sendo feitas desde agora para o pleito de 2024.

“As articulações já estão sendo feitas, Fabio Garcia já sentou com Gisela, com não sei mais quem. E faz parte. Agora, não venha dizer também que isso não é trabalho pensando lá na frente. Assim como eu estou fazendo também, evidentemente”, declarou o presidente do Legislativo Estadual, Eduardo Botelho.

Para o parlamentar, o martelo deve ser batido até outubro deste ano. “Tem que definir esse ano para que o candidato possa montar esse



Com 51.998 votos, Eduardo Botelho foi o segundo deputado preferido pelos eleitores de Cuiabá ao somar 16.778 mil votos em 2022

grupo, possa procurar outros partidos, possa começar uma articulação, inclusive, a partir de outubro, para que o ano que vem ele chegue com viabilidade, visibilidade e condições de disputar uma eleição”, justificou.

Botelho enfatiza que dentre os nomes citados, caso o dele seja o mais viabilizado, os outros terão que apoiá-lo rumo ao Alencastro. “Na verdade, hoje só tem dois nomes dentro do União Brasil: o meu e o de Fabio Garcia, os outros estão fora. Então, se lá na frente o nome dele tiver mais viabilidade que o meu, não tem problema nenhum. Agora, se o meu tiver mais viabilidade que o dele, evidentemente eles vão ter que vir comigo”, disse o parlamentar.

PCHS NO RIO CUIABÁ

Ministro Fachin deve decidir nos próximos dias se derruba ou mantém lei estadual que proíbe barragens no rio Cuiabá

A primeira das duas ADI que questionam a lei de autoria do deputado Wilson Santos está pronta para ser julgada pelo ministro relator

■ | Da Redação

O ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF) já tem concluso sobre sua mesa o processo nº 0131217-14.2022.1.00.0000, referente a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 7319, impetrada pela Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa (Abragel). A ADI questiona a validade de lei do Estado de Mato Grosso nº 11.865/2022, de autoria do deputado Wilson Santos. A lei proibiu a construção de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH) e Usinas Hidrelétricas (UHE) em toda a extensão do rio Cuiabá.

Além da ADI 7319, também está na responsabilidade do ministro Fachin a ADI 7323, patrocinada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). Na ADI da Abragel, o ministro Fachin admitiu o ingresso como “amicus curiae” (amiga do Corte) do Sindenergia (Sindicato da Construção, Geração, Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica e Gás no Estado de Mato Grosso).

Na ação, a Abragel argumenta que a Lei estadual 11.865/2022 teria invadido a competência privativa da União para legislar sobre água e energia. Elas sustentam que essa matéria afeta o equilíbrio do pacto federativo, pois cabe à União atuar nessa esfera, a fim de evitar ações isoladas de estados e municípios que tenham impacto no funcionamento e no planejamento do setor elétrico de todo o país.

Outro argumento é que lei afrontaria a competência da União para explorar os bens de seu domínio, como é o caso do rio Cuiabá. Assim, ao proibir



Rio Cuiabá sob ameaça: especialistas, pesquisadores e ambientalistas estão apreensivos com o futuro do segundo maior tributário do pantanal



O ministro Edson Fachin, do STF, tem em suas mãos o destino do Rio Cuiabá e do Pantanal que podem ser destruídos por construção de barragens e usinas hidrelétricas

a implantação de empreendimentos hidrelétricos, a lei impede a União de explorar o aproveitamento energético dos cursos de água, conforme determina a Constituição Federal.

IMPACTOS INSANÁVEIS

Uma eventual decisão do relator de considerar a Lei Estadual 11.865/2022 inconstitucional e permitir a construção de barragens e PCHs no rio Cuiabá, especialistas, pesquisadores e ambientalistas apontam que será decretada a morte definitiva do pantanal.

O rio Cuiabá é alvo de um projeto de seis pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) que seriam instaladas acima da cidade de Cuiabá. A lei estadual é a única barreira que tem impedido que essa ideia avance. O complexo estava previsto em um trecho de 190 km do rio, em áreas de seis municípios mato-grossenses: Cuiabá, Várzea Grande, Jangada, Nobres, Acorizal e Rosário Oeste.

Um estudo de impacto de hidrelétricas na Bacia do Alto Paraguai (BAP), feito pela Agência Nacional de Águas (ANA), caracteriza o rio Cuiabá como zona vermelha para implantação de empreendimentos hidrelétricos, principalmente pelo papel importante de manutenção do Pantanal.

A investigação concluiu que 89% dos peixes do rio Cuiabá são de piracema, ou seja, são migradores, que transitam entre o curso d'água e o bioma. Além disso, o rio é responsável pela produção do maior número diário de ovos de peixes migradores durante a piracema entre todos os cursos d'água da BAP.

Para especialistas a construção das usinas no rio ainda pode interromper o fluxo de peixes entre o curso d'água e o Pantanal, reter em até 90% o transporte de sedimentos para o bioma, acelerar o processo de erosão das margens do rio e impactar a cadeia econômica das cidades que dependem da pesca na região.

CONTRATAQUE

Emanuel diz que governador tem “ódio pessoal” contra ele e que tenta transformá-lo em “vilão”

O governador teria imputado ao prefeito declarações pejorativas ao TCE e ao TJMT que Pinheiro nunca expressou

Da Redação

O prefeito de Cuiabá, Emanuel Pinheiro (MDB) afirmou que o governador Mauro Mendes (UB) tem sido movido por “ódio pessoal” contra ele e agido de forma maldosa ao tentar indispor-lo com outras instituições do estado. Pinheiro se referiu às afirmações de Mendes de que ele estaria “caindo e andando” para o Tribunal de Justiça e para o TCE no caso da determinação para que a prefeitura da capital analise o projeto e libere implantação do BRT na cidade e por estar buscando, na esfera judicial, preservar a autonomia do município de escolher qual será o novo modal de transporte público da capital.

“O governador tem agido de forma maldosa, desprezível e mentirosa, quando tenta imputar a mim declarações negativas contra o Tribunal de Justiça e o Tribunal de Contas, palavras que nunca proferi e que, inclusive, não fazem parte do meu linguajar”, afirmou Pinheiro. “A única razão plausível para explicar esta sandice do governador é a vontade dele de forjar uma narrativa para jogar o prefeito contra o TJ e o TCE e, consequentemente, jogar as duas instituições contra o prefeito”, argumentou Emanuel Pinheiro.

Segundo o prefeito da Capital, “é preciso dar um basta nesta falácia. O ódio do governador é algo pessoal e não deve afetar nenhum poder ou instituição e muito menos a população. Infelizmente, o senhor Mauro Mendes está tão cego pela sua sanha de vingança, por motivos ainda desconhecidos, e não se importa de passar por cima de quem for, até mesmo menosprezando a população cuiabana, com o único intuito de me prejudicar”, reagiu o gestor municipal.

Para Emanuel Pinheiro, recorrer de decisões que afetam e que podem vir a prejudicar o Município é não só um direito do Prefeito de Cuiabá, mas um dever de ofício. “O governador quer impor ao município um modelo de transporte que não foi

discutido com a população, que não respeita a autonomia do município de gerir seu sistema de mobilidade e transporte coletivo, que não aceita sequer um debate honesto e democrático sobre o tema. Nós vamos continuar exercendo este direito enquanto for possível. É imprescindível ressaltar que o TJ, o TCE, o Município de Cuiabá e o próprio Estado de Mato Grosso são muito maiores do que os caprichos e as vontades do governador Mauro Mendes”, disparou Emanuel Pinheiro.

“GABINETE DA INVENÇÃO”

A reiterada divulgação de relatórios parciais e com graves erros de análise por parte da interventora na Secretaria Municipal de Saúde, Danielle Carmona Bertucini, que comanda o chamado “Gabinete de Intervenção”, tem deixado o prefeito Emanuel Pinheiro bastante irritado. Durante entrevista coletiva na quarta-feira, 29, o prefeito afirmou mais uma vez que há uma orquestração por parte do Palácio Paiaçu para desacreditá-lo politicamente, atrapalhar sua gestão em construir uma narrativa de que o prefeito cuiabano “é o vilão da saúde”.

Para Emanuel Pinheiro, a forma como o “gabinete de intervenção” vem agindo, só agrava a situação da saúde pública na capital. “Esse ‘gabinete de intervenção’ só tem piorado a situação da nossa população que depende de atendimento na rede pública. A cada relatório terá uma manifestação do ‘gabinete da verdade’. Não vou ficar quieto, sobre pena dessa nar-



“O governador tem agido de forma maldosa, desprezível e mentirosa, quando tenta imputar a mim declarações negativas contra o Tribunal de Justiça e o Tribunal de Contas, palavras que nunca proferi e que, inclusive, não fazem parte do meu linguajar”, afirmou Pinheiro

rativa transformar o prefeito que mais trabalhou na área da Saúde num grande vilão. Não vou permitir isso”, reagiu o prefeito.

Como exemplo de “manipulação e erro proposital” dos interventores, Emanuel Pinheiro disse que o suposto déficit de previsão orçamentária apontado pelo Gabinete de Intervenção no orçamento de 2023 da Secretaria Municipal de Saúde e Empresa (SMS) Cuiabana de Saúde Pública (ECSP) no montante de R\$ 548.235.000,00, não existe e comprova que a intenção é tentar macular a gestão, usando subterfúgios midiáticos, claramente produzidos, para passar à população uma ideia de que a gestão da saúde em Cuiabá é um caos.

“Essa informação é mentirosa. Eles partiram da informação retirada da LOA/2023 de que o montante de receita prevista para o exercício de 2023 é de R\$ 995.056.000,00 ao passo que a despesa fixada é de R\$ 1.543.291.000,00 para o mesmo período. Eles não levaram em consideração os recursos próprios aplicados pelo Município na Saú-

de Pública, e que representam repasses, na forma contábil de interferências financeiras, diretamente ao fundo de Saúde, cuja previsão na LOA 2023 é de R\$ 548.235.000,00. Ou seja, exatamente o montante que o tal ‘gabinete de intervenção’ classificou maldosamente como déficit”, explicou o gestor cuiabano.

Para o prefeito, o que os interventores querem é utilizar politicamente o momento discricionário imposto de forma equivocada pela Justiça ao Município para fazer estardalhaço e criar pânico na sociedade cuiabana. “Isso é pura politicagem, da mais rasteira e criminosa. Esse último relatório é leviano, mostra um total despreparo e desconhecimento do funcionamento da legislação financeira e orçamentária da gestão pública. Não existe déficit de R\$ 548 milhões na Saúde, mas sim repasses de meio bilhão previstos para a Saúde. Fico assustado com tamanho desconhecimento de uma peça orçamentária. Trata-se de uma imensa irresponsabilidade”, destacou o prefeito Emanuel Pinheiro.

O prefeito exibiu um quadro da LOA 2023 em que são detalhadas as fontes de custeio da Rede Municipal de Saúde de Cuiabá. No quadro, é evidente o equilíbrio entre receitas previstas e as despesas fixadas:

LOA 2023

Receita Diretamente Arrecadada pela SMS Prevista -	687.656.000,00
Receita Diretamente Arrecadada pela ECSP Prevista * -	307.400.000,00
Repasses do Tesouro para SMS Previsto -	548.235.000,00
Total de Recursos Destinados a Saúde Previstos -	1.543.291.000,00
Despesa Fixada pela SMS -	307.400.000,00
Despesa Fixada pela ECSP -	1.235.891.000,00
Total de Despesas Fixadas para a Saúde -	1.543.291.000,00
Receita Prevista - Despesa Fixada na LOA 2023 -	0,00
*Estes são os dados técnicos verdadeiros, responsáveis e transparentes, que mostram as receitas previstas arrecadadas pela SMS e ECSP, incluindo os repasses previstos do Teto Mac e Estado. É a receita prevista para o ano de 2023. O que estamos vendo da parte do Gabinete de Intervenção, é um incrível despreparo ou uma insidiosa má-fé ao apontar como se fosse déficit justamente aquilo que é para ser repassado do tesouro municipal para a Secretaria Municipal de Saúde. O relatório é, no mínimo, leviano e cheio de erros”, apontou Emanuel Pinheiro.	

CONSTRUTIVIDADE SOCIAL

Psicólogas propõem reflexões sobre construção da coletividade em palestra no TCE-MT



Da Redação

Servidores em atividade e aposentados do Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT) participaram da palestra “Encontros e desencontros: papéis sociais e a construção da coletividade”. O encontro aconteceu no espaço cultural Liu Arruda, na manhã de quarta-feira (29).

Proposta pela Secretaria Executiva de Gestão de Pessoas, por meio do Núcleo de Qualidade de Vida no Trabalho (NQVT), a iniciativa deve refletir tanto nas rotinas de trabalho, quanto nas relações familiares dos participantes.

Foi o que explicou a coordenadora do NQVT, Estela Biancardi. “Estamos falando sobre o amor entre as pessoas, sobre o amor que pode ser desenvolvido a partir da empatia que temos pelo outro. É um exercício diferente.”

A fala foi endossada pelas palestrantes, as psicólogas Giselda e Vera Capilé, que também

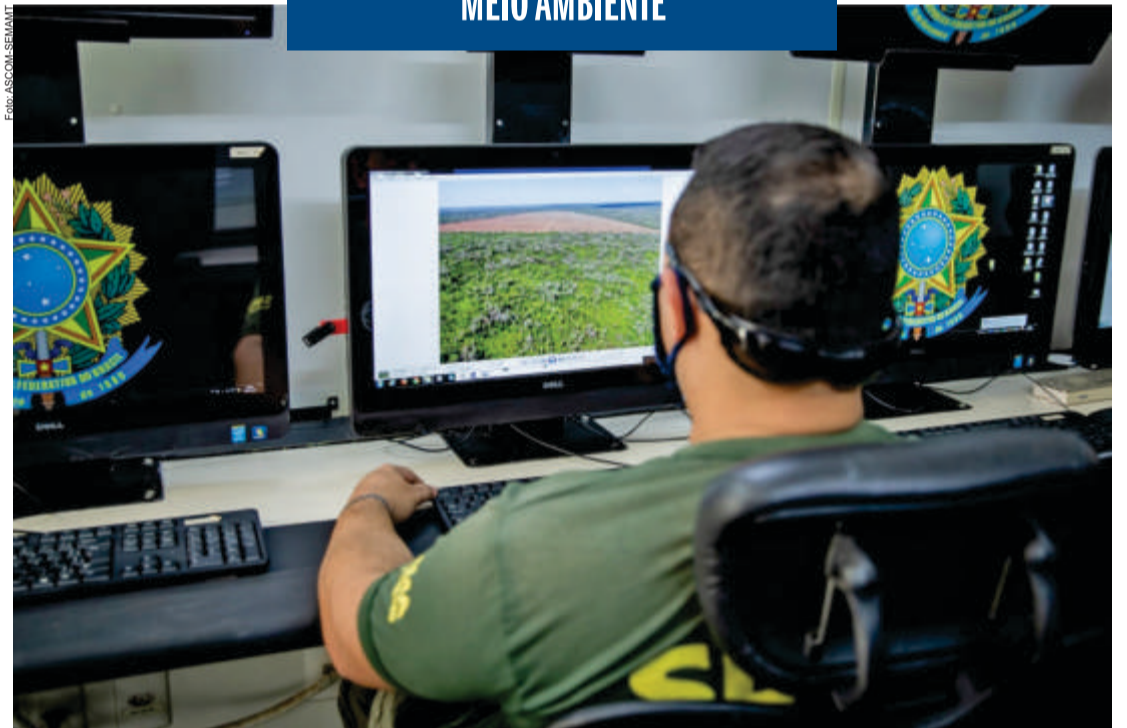
propuseram reflexões sobre como se relacionar bem com o outro e consigo mesmo, por meio da arte.

“A arte, seja solo ou coletiva, consegue te colocar em outro patamar da vida, uma dimensão mais lúdica, mais alegre”, disse Vera. “Não temos como construir sociedade se não estivermos conscientes da nossa vida, do que queremos para nós, para o mundo e para as pessoas à nossa volta”, acrescentou Giselda.

Na ocasião, os servidores falaram sobre a importância deste tipo de ação no ambiente de trabalho. “Precisamos perceber a necessidade de escolher e sermos felizes com as escolhas que fazemos”, afirmou.

No mesmo sentido se pronunciou a servidora Letícia Furquim. “Às vezes, isso passa despercebido, a gente reclama e não olha para si e para os sonhos. É importante esse encontro com a gente mesmo”, concluiu.

MEIO AMBIENTE



Mato Grosso é considerado exemplo em transparência ambiental para ONGs

Da Redação

O Portal Transparência Ambiental de Mato Grosso, mantido pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema), é exemplo para o país, segundo avaliação da Transparência Internacional-Brasil e o Conselho Nacional de Controle Interno (Conaci). O reconhecimento foi publicado no Guia de Transparência Ativa da Gestão Florestal e das Unidades de Conservação, lançado durante a 45ª Reunião Técnica do Conaci, em Maceió (AL).

No capítulo sobre boas práticas, o documento traz os portais da transparência ambiental de Mato Grosso e de Rondônia como referências para outros estados. Alguns dos parâmetros considerados foram dados disponibilizados em formato aberto, linguagem simples e divulgação de informações geográficas em matéria ambiental.

O Portal de Mato Grosso dá publicidade ao Cadastro Ambiental Rural, incluindo a localização geográfica e o status do imóvel (se ativo, suspenso ou cancelado). Também é possível encontrar informações sobre os cadastros validados e daqueles que firmaram Termos de Compromisso para recuperação ou compensação de seus passivos.

“Este prêmio é o reconhecimento de que a Sema prioriza efetivamente o compartilhamento de dados com a população e com os órgãos de controle, como mecanismo de garantir a ampla divulgação de todas as ações. Este é um trabalho feito a muitas mãos, com envolvimento dos setores, e que já faz parte da nossa cultura organizacional”, destacou a secretária de Estado de Meio Ambiente, Mauren Lazzaretti.

O guia lista 38 categorias de informações e de bases de dados como adequadas para transparência ativa. As categorias são agrupadas em temas como regularização ambiental de imóveis rurais, desmatamento e degradação florestal. Para cada uma delas, a Transparência Internacional e o Conaci descrevem como as informações devem ser disponibilizadas e a frequência de atualização.

“O papel do controle interno é fundamental no estabelecimento de ouvidorias e na garantia de mecanismos de proteção à identidade dos denunciadores, especialmente das comunidades tradicionais e de indígenas, para possibilitar que os ilícitos ambientais sejam detectados, investigados e seus impactos minimizados”, observou o gerente do Centro de Conhecimento Anticorrupção da Transparência Internacional-Brasil, Guilherme France.



TODOS OS DIAS PODEM SER ESPECIAIS, QUANDO TEMOS A DOSE CERTA DE ESPERANÇA NO CORAÇÃO.



Sueli Batista em noite especial de lançamento do livro que é coautora - Família e Sociedade Passo a Passo - perspectiva multidisciplinar de transtornos, distúrbios e deficiências que é considerado mais uma marco em sua carreira como Master Coach e especialista em Psicologia Positiva.



Momento especial em noite de autógrafos



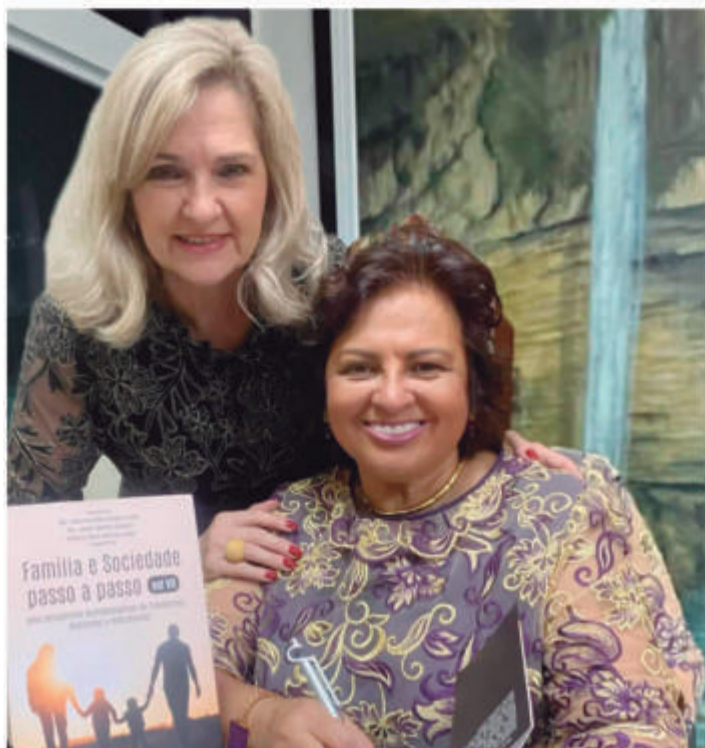
Sueli com a presidente da BPW Cuiabá, Rúbia Ranzani em momento especial



Sueli com a empresária Zilda Zompero



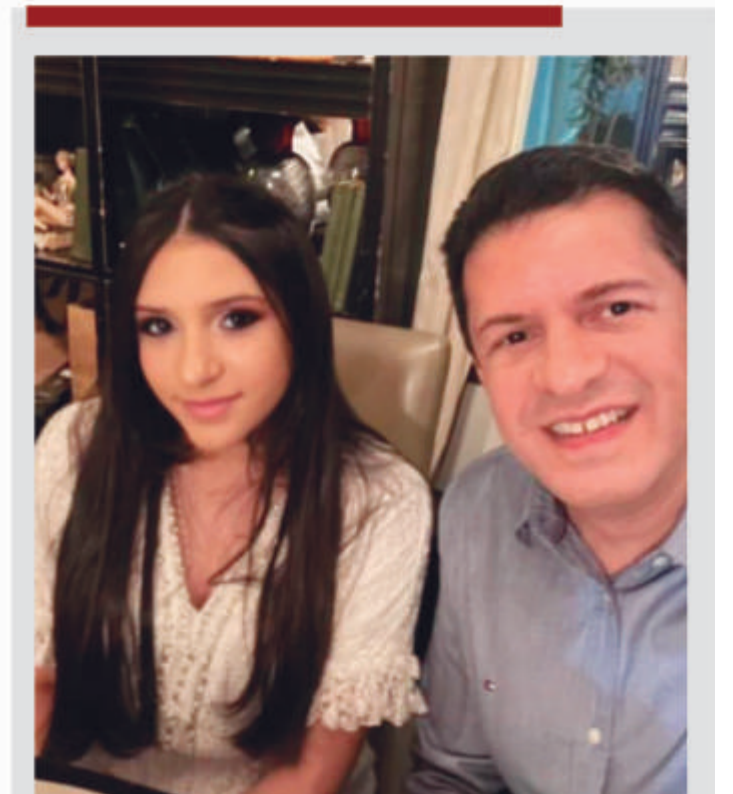
Zilda Zompero, Sueli Batista e Terezinha Zompero



Sueli Batista e Mariza Bazo



Sueli Batista com a desembargadora Clarice Claudino da Silva



Na última sexta-feira Amini Haddad, filha do renomado juiz de direito Jamilson Haddad comemorou aniversário. A coluna deseja os parabéns.

ACESSE UM PORTAL DINÂMICO.
www.megapop.com.br

PARLAMENTAR SUSPEITO

Chico 2000 tenta recuperar imagem desgastada à frente da câmara

Após denúncia de abuso contra menor e compra de votos, vereador tenta apagar mancha de sua vida pública na presidência da Câmara de Cuiabá

■ Maykom Milas | Da Redação

No comando da Câmara Municipal de Cuiabá, o vereador Chico 2000 (PL) inicia sua gestão tentando apagar eventuais manchas do passado, quando chegou a ser preso em 2016, sob acusação de pedofilia.

Quase 7 anos depois, o vereador que é o atual presidente do Poder Legislativo da capital, tenta usar o mandato para apagar as acusações que chocaram a capital mato-grossense na época e por fim no apelido que a Câmara de Vereadores é conhecida no Estado: Como 'Casa dos Horrores'.

Substituto de Juca do Guaraná (MDB) na presidência, que deixou a Câmara para assumir o cargo de deputado estadual, Chico 2000 vem encontrando dificuldades em deixar a Câmara longe de polêmicas, como as discussões por conta da intervenção na saúde da capital pelo Estado de Mato Grosso, e nos inúmeros pedidos de CPI e investigação contra a prefeitura.

A começar pelo seu passado, que contém denúncias de abusos e de compra de votos. Em novembro de 2016, o parlamentar se tor-



Chico 2000 vem encontrando dificuldades em deixar a Câmara longe de polêmicas, como as discussões por conta da intervenção na saúde da capital pelo Estado de Mato Grosso, e nos inúmeros pedidos de CPI e investigação contra a prefeitura

nou suspeito de abusar sexualmente da enteada de 11 anos durante uma festa em sua residência, em Cuiabá.

No Boletim de Ocorrência registrado na época pela mãe, ela disse que, em um determinado momento, pediu à mãe para ir embora, mas foi convencida a ficar e ir descansar em um dos quartos da casa.

Ao notar que a filha estava triste, a mãe da menina pediu para que o vereador fosse verificar o que acontecia com a menina.

A menina disse que o vereador chegou ao quarto e pediu para que ela sentasse em seu colo. A menor relatou que teria atendido ao pedido e enquanto conversava, o parlamentar pas-

sava a mão em seus seios e barriga. Ela então teria saído do colo do vereador e ido para outro quarto. No entanto, ela afirma que o acusado a seguiu e pediu para que ela sentasse no seu colo novamente.

Após a denúncia, ele chegou a ser preso no dia 6 de dezembro, sendo solto após 10 dias. Já em fevereiro de 2017, ele foi indiciado por estupro de vulnerável pela Delegacia da Infância de Cuiabá. Durante os acontecimentos, Chico 2000 enfrentou dois pedidos de cassação. Porém, os dois pedidos foram arquivados pela Mesa Diretora da época.

Chico 2000 sempre negou às acusações e conseguiu arquivar o processo meses depois por falta de provas.

O vereador também chegou a ser investigado na Justiça Eleitoral por possível compra de votos durante as eleições de 2016. Segundo a denúncia, ele teria pago R\$ 50 reais e um sacolão a uma eleitora.

O inquérito trouxe como prova um documento manuscrito atestando a suposta compra de voto também faria parte dos autos. Porém, o processo perdeu objeto em 2021, quando o vereador já estava exercendo um novo mandato legislativo por conta da reeleição em 2020.

A reportagem do Centro Oeste Popular buscou a assessoria do vereador. Porém, até o fechamento desta edição, eles não retornaram as nossas ligações.

MARCHA MUNICIPALISTA

Presidente da AMM defende amplo debate sobre a reforma tributária para evitar perdas de recursos pelos municípios

Neurilan Fraga defendeu durante o evento que o debate sobre a reforma tributária seja ampliado e aprofundado



■ | Da Redação

O presidente da Associação Mato-grossense dos Municípios (AMM), Neurilan Fraga, que liderou os prefeitos de Mato Grosso na 24ª Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, defendeu durante o evento, que o debate sobre a reforma tributária seja ampliado e aprofundado antes do projeto ser votado no Congresso Nacional.

Fraga participou de reuniões técnicas que contaram com as presenças dos ministros da Fazenda, Fernando Haddad, do Planejamento, Simone Tebet, e dos relatores das duas Propostas de Emenda Constitucional que tramitam na Câmara e no Senado.

“O objetivo é ampliar o diálogo com o governo federal e Congresso para buscar um entendimento que facilite a construção de uma proposta que não traga prejuízo para os municípios. É justo que se diminua a carga tributária do setor produtivo para que se possa gerar mais empregos, renda e permita o pagamento de impostos pelos empresários. No entanto, é preciso garantir que esse ajuste não seja feito a custa da redução dos já escassos recursos destinados aos municípios”, defendeu Neurilan Fraga.

Para o presidente da AMM, é preciso ampliar o diálogo com os municípios e outros segmentos para que a proposta que vier a ser aprovada seja justa e viabilize o crescimento econômico e o desenvolvimento social. “Mato Grosso tem uma população peque-

na, mas produz muito e gera muita riqueza para o país. A distribuição dos recursos deve considerar esse aspecto. A proposta atual pode ser melhorada em muitos aspectos e acreditamos que o governo federal vai aprofundar o diálogo com os municípios e encontrar um ponto de equilíbrio para que não haja tantas perdas com a reforma tributária”, salientou Fraga.

A 24ª Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios foi realizado no Centro Internacional de Convenções do Brasil (CICB) e contou com mais de 4.200 municípios e reúne mais de 10 mil gestores municipais. Mato Grosso marcou presença com uma caravana de mais de 200 participantes, entre prefeitos, vice-prefeitos, vereadores, secretários municipais, entre outros. “Este ano o evento contou com uma participação recorde, o que demonstra a credibilidade e o alcance do movimento municipalista brasileiro, que se consolida a cada ano”, assinalou o presidente da AMM.

Na programação, foram debatidas, além da reforma tributária que centralizou as discussões, outras pautas municipalistas como o aumento de 1,5% do Fundo de Participação dos Municípios, distribuição dos royalties do petróleo, aumento de demandas por saúde, educação, assistência social, a defasagem nos repasses federais, o novo Fundeb e o Piso do Magistério, bem projetos em tramitação no Congresso Nacional que são de interesse dos gestores municipais.

PAVANETTY
MODA FEMININA E ACESSÓRIOS

VEM CURTIR
E AMAR AS
NOSSAS
NOVIDADES

67 99882 6053 AV: GETÚLIO VARGAS
SÃO GABRIEL DO OESTE, 831 - S/ 02

PAVANETTY_STORE

SELO DE QUALIDADE

Fávoro derruba embargo à carne, trabalha por crédito de R\$ 1 bi ao agro e vira opção para 2026

Suspensão do embargo à carne fica devidamente comprovado que não há nenhum risco à população daquele país

■ Maykom Milas | Da Redação

O ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, senador Carlos Fávoro (PSD), tem acumulado prestígio no governo federal administrado pelo presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Em três meses no cargo, Fávoro convenceu a China no dia 23 de março a suspender o embargo à carne após ficar devidamente comprovado que não havia nenhum risco à população daquele país em consumir a carne brasileira.

A confirmação de um caso classificado pelo governo brasileiro como "isolado e atípico" de encefalopatia espongiforme bovina, conhecida como mal da vaca louca. O registro foi feito em uma pequena propriedade no município de Marabá (PA).



"Tenho certeza que isso é um passo para que o Brasil avance cada vez mais com o credenciamento de plantas e oportunidades para a pecuária brasileira", declarou Fávoro



Autoridades sanitárias brasileiras e chinesas se reúnem em Pequim, onde foi comunicada a suspensão do embargo à carne brasileira

"Tenho certeza que isso é um passo para que o Brasil avance cada vez mais com o credenciamento de plantas e oportunidades para a pecuária brasileira", declarou Fávoro.

Com os trabalhos de destaque à frente do Ministério da Agricultura, Fávoro se credencia para ser uma das opções para disputar o governo do Estado nas eleições de 2026. Na última eleição municipal, a oposição ao grupo político do governador Mauro Mendes (União) foi formada pelo PT-PCdoV e PCdoB. Tra-

ta-se de uma federação que contou com apoio informal do PSD e do MDB.

Nos bastidores, é consenso que Fávoro é o nome mais viável para a formação de um novo grupo político focado em conciliação do desenvolvimento do agronegócio com avanços sociais.

Fávoro também tem articulado junto ao ministro da Economia, Fernando Haddad, um "complemento de recursos" do Tesouro Nacional para ampliar o financiamento do setor agropecuário. O valor seria de R\$ 1

bilhão. Segundo Fávoro, há uma vontade política para aumentar o dinheiro disponível para crédito tanto por Haddad quanto pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

O ministro ressalta que o dinheiro é necessário pois o agro está com a demanda reprimida de crédito, tanto para pré-custeio, investimentos e linhas de crédito, como o Moderfrota, do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), o PCA (Programa para Construção e Ampliação de Armazéns) e o Pronampe (Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte).

"Todas as linhas de crédito [estão] represadas", declarou o ministro. O valor de R\$ 1 bilhão seria para bancar juros subsidiados para linhas de crédito de curto prazo para o setor. O ministro disse que a liberação para equalização de taxas de juros vai possibilitar R\$ 30 bilhões em empréstimos bancários para investimento, custeio da safra 2022/2023 e pré-custeio da safra 2023/2024. Ele disse que o plano safra do biênio 2023/2024 vai ser focado no fortalecimento do Programa ABC (Agricultura de Baixa Emissão de Carbono). "Será a linha mestre do nosso plano safra novo", declarou.

POLÊMICA NA EDUCAÇÃO

Projeto do Governo para reduzir Conselho Estadual de Educação e aumentar influência de escolas privadas gera resistências

Iniciativa do Palácio Paiaguás surpreendeu a sociedade organizada e causou onda de críticas ao governador Mauro Mendes que está sendo acusado de querer "privatizar o CEE por baixo dos panos" nas redes sociais

■ | Da Redação

A proposta do Governo do Estado de reformular o Conselho Estadual de Educação (CEE) reduzindo a participação de setores da comunidade escolar e de organizações da sociedade civil para aumentar o número de conselheiros indicados pelas escolas privadas está encontrando forte resistência para ser aprovada na Assembleia Legislativa e até já virou inquérito no Ministério Público do Estado (MPE).

Pelo projeto de lei complementar nº 17/2023, Mensagem nº 20/2023, de iniciativa do Poder Executivo, serão alteradas as atribuições e a composição do CEE de Mato Grosso, além do número de conselheiros ser reduzido de 24 para apenas 14, com quatro destas vagas, sendo reservadas para representantes indicados pelas escolas da rede privada de ensino. Caso seja aprovado como está, o projeto eliminará a participação de segmentos importantes no CEE como os da educação especial, da educação indígenas, dos negros, dos estudantes e pais e do Conselho do Direito da Criança.

Diante da polêmica que se formou em torno do projeto do Poder Executivo, a Assembleia Legislativa realizou na quinta-feira, 30, uma Audiência Pública atendendo à um requerimento do deputado Valdir Barranco (PT). A reunião reuniu representantes de entidades, conselhos, poder público e sociedade para discutir as alterações e propor mudanças no projeto.

Segundo o deputado petista, a iniciativa é inconstitucional. "Ela fere tanto a Constituição Federal quanto a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) ao não observar as representatividades que devem estar presentes por obrigatoriedade de legislação federal", defendeu. "O que o governo está tentando fazer é reduzir a representatividade popular para ter um conselho ajeitadinho com as representações que atendem melhor ao seu interesse e sem paridade com a representação da sociedade civil", complementou.

Para a representante do Sindicato dos Trabalhadores no Ensino Público de Mato Grosso (Sintep-MT) e suplente no CEE, Maria Aparecida Cortez, uma das grandes preocupações é que a nova proposta foi construída sem transparência ou debate. Segundo ela, o projeto de lei era desconhecido por diversos membros do Conselho Estadual de Educação, que é o órgão regulador do Sistema Estadual de Ensino de Mato Grosso. "Só chegou para os conselheiros depois de ser apresentado na Assembleia. É uma afronta à sociedade e ao estado democrático de direito", avalia. "E trata-se de um projeto tão



A audiência pública realizada na Assembleia Legislativa de Mato Grosso discutiu em profundidade o polêmico projeto de lei complementar que pretende reduzir o conselho estadual de educação

ser retirado de pauta. "Vergonhosa e desrespeitosa que o líder do governo fez para tentar remendar o prejuízo dessa proposta. O que precisa é aumentar a participação e não diminuir a representatividade. Precisamos evitar o retrocesso", defendeu.

STATUS DE SECRETARIA DE ESTADO

Durante a audiência o projeto de lei foi apresentado com detalhamento das alterações e, além da redução de cadeiras representativas, a autonomia administrativa e financeira do conselho também foram questões muito criticadas. A nova configuração dá ao presidente do CEE status de secretário de estado, tira a barreira de recondução ao cargo e estabelece incrementos financeiros significativos, como: alteração nos valores de viagens e jtons (verba paga por comparecimento nas sessões).

Por conta desses detalhes do projeto, o governador Mauro Mendes tem sido duramente criticado nas redes sociais, onde internautas afirmam que ele estaria querendo "privatizar o CEE", de fazer do Conselho de Educação "um cabide de empregos" e um "instrumento de poder eleitoral".

"É um prejuízo imenso porque representa a privatização do conselho, é retirada dos movimentos sociais e amplia a representação das empresas e da iniciativa privada", avaliou Maria Aparecida. "Além do aumento vergonhoso do salário do presidente que também passa a ter o mandato renovado por quanto tempo quiser. O governador quer transformar o CEE em cabide de emprego e núcleo de poder eleitoral", complementou com indignação.

Para o deputado Barranco a reformulação põe em risco a autonomia do conselho. "O presidente passará a ser um secretário de governo e vai receber um provento de 60% de um salário de secretário de estado. Ou seja, ele deverá obediência ao governo do estado e isso não podemos admitir", defendeu. "O conselho estadual não é um órgão de governo. Ele não pode estar atrelado nem ter obediência ao governo, independente de quem seja o governo", concluiu o parlamentar.

ENCAMINHAMENTOS

Ao final das discussões e ponderações apresentadas pelos participantes, o deputado Barranco fará a elaboração de um documento que será assinado pelas entidades, órgãos e poderes e apresentado na Comissão de Educação e no Plenário. "A partir de tudo que foi debatido aqui hoje, nós já vamos fazer um encaminhamento de uma proposta do que seria melhor, diante do projeto que tramita", explicou.

No seu entendimento o projeto deveria ser retirado. "Faremos uma carta colocando todos os motivos pelos quais o projeto não deve ser levado a diante da forma como está. A intenção é que seja assinado por todos as entidades e instituições que são contrárias a alterações, incluindo as notas técnicas do ministério público estadual e federal", adiantou.

A expectativa é de que o documento possa ser protocolado já na próxima sessão, no dia 5 de abril.



O procurador de justiça do Ministério Público de Mato Grosso, José Antônio Borges, adiantou que já foi instaurado inquérito para investigar a situação atendendo ao pedido do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente

ruim que não tem nem como fazer emendas", complementa. Segundo ela, o ideal seria manter o modelo atual, a Lei complementar 49/98. "Ela [LC 49] foi fruto de um amplo debate com a sociedade, aprovado numa conferência de educação e não foi feito nos gabinetes", defendeu.

O presidente do CEE-MT, Gelson Menegatti Filho, explicou que o conselho não participou da elaboração da proposta por não se tratar de uma competência do órgão, mas que está acompanhando as discussões e o trâmite para contribuir com melhorias. "Não nos compete discutir as decisões do Executivo. É uma reorganização da educação e entendo que tem que ser respeitada", justificou. "Já existe um substitutivo apresentado pelo deputado Dilmar Dal Bosco (União) que contempla a educação indígena, bem como outros segmentos", adiantou.

Menegatti explicou ainda que vê com positividade a reformulação e que a proposta segue modelos de outros estados. "Todos os

conselhos do país são semelhantes ao nosso. Inclusive há uma decisão recente do Supremo [Tribunal Federal] que defende que os conselhos devem ser do governo do estado", defendeu citando o modelo do Rio Grande do Sul como exemplo.

Quando à redução de cadeiras representativas e a exigência de qualificação para indicação dos conselheiros, o presidente avalia que não haverá prejuízo aos debates nem às construções de propostas, segundo ele a mudança visa dar mais celeridade e caráter técnico ao órgão.

A exclusão de representantes da educação indígena na composição do grupo é vista com bastante preocupação pelas lideranças indígenas. "Essa mudança reforça a invisibilidade que o estado nos remonta", lamentou Eliane Xunakalo, presidente da Federação dos Povos Indígenas de Mato Grosso (Fepoint). "Não estamos aqui medindo força. Estamos aqui para pedir que mantenham a representatividade", defendeu. "A educação regular da zona urbana não atende as diferenças das diversas etnias. As padronizações não nos cabem e precisamos ser respeitados com um ensino que valorize as nossas culturas, idiomas e costumes próprios de cada etnia", complementou Xunakalo.

"A educação é para o povo e não podemos falar de um conselho sem as representações", ponderou a presidente da União Estadual dos Estudantes (UEE), Giovana Bezerra. "O conselho precisa ser constituído pessoas que representem a sociedade civil e são impactados pelas decisões. Pais, Estudantes e trabalhadores da educação em todas as suas representatividades", defendeu em sua fala.

O procurador de justiça do Ministério Público de Mato Grosso, José Antônio Borges, adiantou que já foi instaurado inquérito para investigar a situação atendendo ao pedido do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (Cedca-MT). "Para ser um conselho e que tenha essa função, ele tem que ser paritário", avaliou. "Qualquer medida que venha quebrar a proporcionalidade entre governo e sociedade civil é inconstitucional", alertou.

O deputado Lúdio Cabral (PT), participou do debate e ponderou que o projeto deveria